

Uma vez mais sobre os suís das Digital Humanities*

Gimena del Rio Riande

Instituto de Investigaciones Bibliográficas y Crítica Textual (libicrit/Conicet)

gdelrio@conicet.gov.ar

ORCID: 0000-0002-8997-5415

Domenico Fiormonte

Università Roma Tre

domenico.fiormonte@uniroma3.it

ORCID: 0000-0003-4122-1160

RESUMO:

Em vez de tratar de Humanidades Digitais, este artigo contextualiza-as criticamente, revendo questões relacionadas com a geopolítica do conhecimento e as desigualdades na investigação a nível global. Para tal, questiona rótulos apostos a Norte e pensa o Sul ou os Suís como parte da epistemologia de umas Humanidades Digitais independentes e sustentáveis.

* O presente artigo foi publicado, originariamente, em espanhol como “Una vez más sobre los sués de las ‘digital humanities’”, *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 35 (1), pp. 1-15, 2022, (<https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1850>), com licença Creative Commons Atribuição 4.0. Foi traduzido para português por Santiago Pérez Isasi, e revisto por Ana Filipa Roldão e pelos autores do artigo original.

ABSTRACT:

Instead of reflecting about the Digital Humanities, this article contextualizes them critically reviewing issues related to the geopolitics of knowledge and inequities in research at a global level. It also interrogates labels coined from the North and defines the South or Souths as part of the epistemology of independent and sustainable Digital Humanities.

PALAVRAS-CHAVE:

Humanidades Digitais; geopolítica do conhecimento; tecnologia; desigualdade.

KEYWORDS:

Digital Humanities; geopolitics of knowledge; technology; inequalities.

Preâmbulo e genealogia¹

A partir da segunda década do século XXI, devido a uma série de circunstâncias histórico-culturais e políticas, as Digital Humanities (DH) começaram a difundir-se e a consolidar-se também fora dos Estados Unidos da América e da Europa.² Tal expansão chamou a atenção da comunidade das DH anglófonas –mesmo as historicamente hegemónicas– para o problema da pluralidade das formas expressivas, dos métodos e dos instrumentos mediante os quais representamos, construímos e difundimos o conhecimento através das tecnologias digitais. No entanto, uma reflexão sobre a diversidade cultural, linguística ou epistemológica implica reconhecer as forças que dominam o campo e compreender as genealogias, as formas de produção, as estruturas institucionais e os interesses geopolíticos que se formaram progressivamente na já-não-tão-breve história das DH.³ Uma possível e breve cronologia híbrida, ainda que incompleta, poderia ser a seguinte:

1949: O Padre Roberto Busa viaja a Nova Iorque para se reunir com Thomas Watson, da IBM, para começar a computadorização dos dados da sua tese no projeto do Index Thomisticus.

1966: Funda-se a revista *Computer and the Humanities*.

1972: É constituída a Association for Literary and Linguistic Computing.

1987: Nasce a Text Encoding Initiative e a lista de distribuição Humanist.

1998: É instituído o prémio à trajetória nas DH, o Busa Award.

1999: Surge o primeiro projeto europeu de colaboração (ACO*HUM ou Advanced Computing in the Humanities).

2002: Criam-se os primeiros Mestrados em Informática Humanística em Itália.

2004: Publica-se *A companion to Digital Humanities* (Oxford, Blackwell).

2006: Nasce a ADHO (Alliance for Digital Humanities Organizations).

¹ O presente trabalho é o resultado de um constante e frutífero intercâmbio entre ambos os autores, mas, relativamente à sua redação material, as secções 1, 4 e 5 foram escritas por ambos, a secção 2 é da autoria de del Rio Riande, e a 3 de Fiormente.

² Isto, obviamente, não exclui que na América Latina e em outros lugares se desenvolvessem linhas de investigação semelhantes, por exemplo nos estudos críticos sobre ciência, tecnologia e sociedade (conhecidos no âmbito anglófono como Science and Technology Studies), ou em áreas nas quais o contacto entre tecnologias da informação e da comunicação e ciências humanísticas e sociais já tinha começado anteriormente. (Para uma introdução, cfr. Parini y Pellegrino 2009, p. 1-90; sobre América Latina, cfr. Jiménez Becerra 2010). Não obstante, neste trabalho preferimos não diferenciar entre Digital Humanities e as suas manifestações em outras línguas; especificamente, para o caso do presente trabalho, em português. Assim, apesar de que não vemos uma completa coincidência epistemológica entre o inglês *Digital Humanities* e o português *Humanidades Digitais*, mas sim uma tradução digital da etiqueta, usaremos criticamente o termo *Digital Humanities* (DH), com o objetivo de propor uma reflexão sobre as características do campo fora da academia anglófona, aquilo que aqui chamamos “o Sul”, ou “os Suís”, e não especificamente para uma comunidade ou língua.

³ Para uma reflexão crítica, embora centrada no âmbito dos EUA, vid. Koh (2015). Nyhan e Flinn (2016) oferecem uma perspetiva histórica baseada em histórias orais, através de entrevistas com os pioneiros europeus e norte-americanos das DH. É sem dúvida um trabalho extraordinariamente interessante, mas não estão presentes nele precursores como o espanhol Francisco Marcos Marín (de facto, o termo ‘Spain’ aparece só duas vezes nas 285 páginas que compõem o volume).

2010: Começam a difundir-se os primeiros projetos sobre infraestruturas em DH (Centernet, Bamboo, Interedition etc.). É publicado o *Digital Humanities Manifesto* e começam os ‘descongressos’ THATCamp.

2011-2017: Surgem novas associações nacionais e redes regionais em diferentes continentes: Itália (AIUCD), Espanha (HDH), Alemanha (DDH), México (RedHD), Argentina (AAHD), Colômbia (RCHD), África do Sul (DHASA), Brasil (AHDig) e a francófona Humanisti.ca.

2013: A ADHO lança o grupo Global Outlook Digital Humanities (GO::DH).

2016: Funda-se a *Revista de Humanidades Digitales* (RHD), única revista de acesso aberto diamante inteiramente dedicada às Humanidades Digitais, que publica textos em diferentes línguas (espanhol, português, inglês, francês e italiano).

2018: Desenvolve-se na Cidade do México o congresso DH2018 da ADHO. Pela primeira vez, um congresso da ADHO era celebrado num país não anglófono.

Se, por exemplo, o #noviembreHD,⁴ conferência virtual celebrada durante o mês de novembro de 2020 e organizada pela Asociación Argentina de Humanidades Digitales (AAHD), deu início à cronologia das Humanidades Digitais na Ibero-América (ver nota 2), não será fácil negar que o Sul (ou se calhar seria melhor dizer ‘os Suis’)⁵, enquanto espaço geográfico, crítico e intelectual, se encontra pouco representado ou mesmo ausente, em quase todas as cronologias ou mapas produzidos pela comunidade DH-mainstream,. Na seguinte secção tentaremos definir criticamente este espaço, para depois aprofundar uma possível relação entre ele e as DH.

O Sul, os Suis e o Sul global

Estamos conscientes de que neste artigo não vamos falar muito de DH, mas sim de geopolítica, de espaço e de poder. Assim, decidimos utilizar a categoria ‘Sul’ mas para problematizá-la, para além das fronteiras, etiquetas ou territórios.⁶ Entendemos o termo ‘Sul’ como o espaço subalterno e a alternativa ao discurso dominante das DH. Por isso, e para a tese e para os objetivos deste artigo, tal como expressamos na nota 2, não traduzimos DH como ‘Humanidades Digitais’. Isto é, utilizaremos a categoria ‘Sul’ em oposição ao cânone e à epistemologia que a cultura ocidental e do Norte construiu e impôs às instituições académicas de todo o mundo, e que tem a sua manifestação na forma como as DH se expressaram até aos dias de hoje.

⁴ Sítio web do evento: <https://www.aacademica.org/noviembrehd>.

⁵ Seguimos as teses sobre os distintos ‘Suis’, geográficos e metafóricos, formulada por Sousa Santos (2018) e Sousa Santos e Mendes (2017).

⁶ Entre as possíveis declinações e definições de Sul, achamos particularmente interessante a de Sousa Santos, que se afasta da etiqueta de Sul Global e considera o Sul como uma metáfora e não unicamente um espaço vinculado com a cultura ou a economia: “The Global South is thus not a geographical concept, even though the great majority of these populations live in countries of the Southern hemisphere. The South is here rather a metaphor of the human suffering caused by capitalism and colonialism at the global level, and a metaphor as well of the resistance to overcome or minimise such suffering. It is, therefore, an anticapitalist, anti-colonialist, and anti-imperialist South. It is a South that also exists in the global North in the form of excluded, silenced and marginalised populations, such as undocumented immigrants, the unemployed ethnic or religious minorities, and victims of sexism, homophobia and racism” (Sousa Santos, 2012, p. 51).

Procuramos assim afastar o foco do nosso debate da categoria ‘Sul Global’ (do inglês, *Global South*) que é, no nosso entender, extremamente difusa do ponto de vista sociológico, cultural, histórico, etc. A nossa perspectiva coincide muito mais, portanto, com a do venezuelano Rodolfo Magallanes (2015: 9):

The term Global South is ahistorical and decontextualized. It omits a critical core of dynamic variables that characterize different kinds of countries, especially historical, economic, social, cultural, and political variables, among others. It is these factors that might explain the reality of these countries as a product of a societal process, and the type and origin of the differences among them.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a voz inglesa *Global South* reflete uma herança escura que não se baseia na geografia, mas sim em leituras geopolíticas. Antes da delimitação entre um Norte e um Sul globais, tal como lembram Martin W. Lewis e Kären E. Wiggen em *The myth of continents: a critique of metageography* (Lewis e Wiggen, 1997), já existiam oposições binárias que ordenavam o mundo, como a de Ocidente e o resto do mundo –*the West and the rest*–, expressas em dicotomias tais como civilização versus barbárie, Índias versus Europa, etc. Só na época contemporânea este binarismo foi, momentaneamente, substituído por uma organização geopolítica fundada na existência de três mundos. A noção do ‘Terceiro Mundo’ foi introduzida pelo demógrafo e sociólogo francês Alfred Sauvy num trabalho do ano 1952. Nele, Sauvy estabelecia um paralelismo entre países pobres, ex-coloniais e sub-desenvolvidos, e o Terceiro Estado da Revolução Francesa, *le tiers état*, o limbo que partilhavam todos aqueles que não pertenciam nem ao clero nem à nobreza. Alguns anos depois, o sociólogo e antropólogo inglês Peter Worsley utilizou esta expressão para escrever as suas obras *The third world* (1964) e *The three worlds* (1984), organizando o mundo num sistema tripartido: capitalista-comunista-pobre. Apesar de estas denominações ainda se poderem encontrar esporadicamente, a perspetiva dicotómica ficou consagrada de forma definitiva, provavelmente, por causa do relatório Brandt (Brandt, 1980 e 1983), um documento produzido por uma comissão da ONU presidida pelo ex-chanceler alemão Willy Brandt, que propôs um modelo fraturado (paralelo à outra fratura, a de Este-Oeste) baseado numa linha de demarcação entre um Norte rico e um Sul pobre que se estende a partir do paralelo 30° Norte (excluindo, claro está, a África do Sul, Austrália e Nova Zelândia).

O relatório Brandt, embora propusesse um olhar geopolítico neutral, contribuiu para reforçar uma dicotomia que simplifica e esvazia a história e o presente dos países e das regiões, e só oferece uma relação generalista e descontextualizada entre as posições geográficas e a condição socioeconómica dessas geografias, popularizando a ideia de um Sul completamente fraco, subdesenvolvido e menos tecnológico do que o Norte.

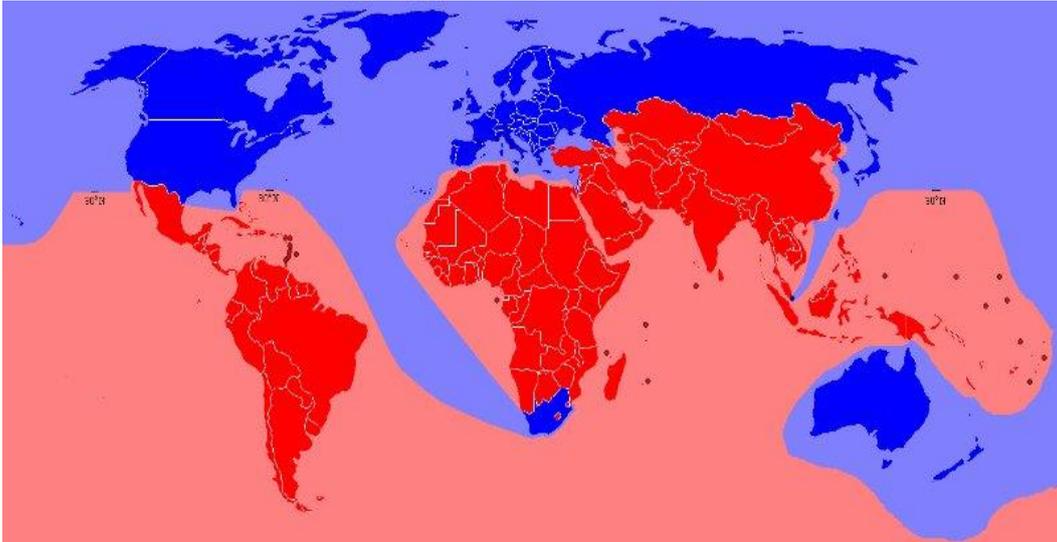


Figura 1. A linha de Brandt divide os países do Norte rico e do Sul pobre e subdesenvolvido. Fonte: Wikimedia Commons: “North-South divide”.

Em definitivo, não podemos ignorar que a etiqueta *Global South* foi posta no âmbito anglófono e utilizada no Norte para referir-se, com os seus olhos e perspetivas, ao Sul. Esta etiqueta esquece por completo, por exemplo, a definição de Sul que foi proposta pela conferência de Bandung de 1955 desde o movimento afro-asiático independentista e que, dez anos depois, seria recuperada pela denominada Tricontinental na reunião de La Habana (Cuba), em que se reuniram delegações de movimentos de libertação de oitenta e duas nações de África, Ásia e América Latina. Ambas as iniciativas propiciaram e sustentaram o nascimento da teoria pós-colonial, e desempenharam um papel fundamental na visibilização do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos ou das lutas anti-apartheid na África do Sul. Estas visões do Sul sobre o Sul ou os Suis são alheias às narrativas sobre o *Global South*. No entanto, Pagel et al. (2014) destacam como o termo se incorporou no campo académico anglófono das Humanidades e das Ciências Sociais com o mesmo sentido que o alimenta desde a geopolítica herdada de Brandt. Na opinião dos autores, desde a sua primeira aparição em revistas de investigação no ano 1996, inicia-se um crescimento que faz com que em 2013 esteja já presente em 248 artigos que utilizam a etiqueta *Global South* com um sentido negativo, “largely equivalent, but not identical with ‘Third World’” (Pagel et al., 2014). Mesmo que em espanhol ou português apareça mais tarde utilizado com usos muito diversos,⁷ *Global South* e a sua tradução literal ‘Sul global’ parecem-nos etiquetas adicionais imputadas ao Sul pelo Norte. Preferimos assim pensar discursivamente desde as epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos (2018: 12), em que o vasto e diversificado campo de tais experiências é designado por “Sul anti-imperial”. É um Sul epistemológico e não geográfico, composto por muitos suis epistemológicos que têm em comum o fato de que todos eles serem conhecidos nas lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

⁷ Para dar um único exemplo, vários projetos de CLACSO, o Conselho Latino-Americano das Ciências Sociais na América Latina, seguindo a Boaventura de Sousa Santos, centram o Sul Global na dinâmica Sul-Sul herdada de Bandung e da Tricontinental, como alternativa contra-hegemónica (https://www.clacso.org.ar/grupos_trabajo/detalle_gt.php?ficha=1159&s=5&idioma).

Considerando os cenários apresentados até aqui, qual é a posição e o papel das DH? O nosso campo modificou ou questionou os desequilíbrios que descrevemos? Se dirigirmos o nosso olhar para as infraestruturas e os recursos que hoje constituem e fazem possível a nossa vida digital (e também física), descobriremos que eles existem graças a uma estrutura de comunicação e controlo (redes, cabos, plataformas, centros de dados) nas mãos de umas poucas multinacionais, principalmente radicadas nos Estados Unidos,⁸ e que contribuem muito pouco desde o global para sustentar a diversidade cultural a nível local (Adriansen, 2016; Graham et al., 2017; Pickover, 2014; Nobes, 2017). Já em 2009, o relatório mundial da Unesco sobre diversidade cultural afirmava que “with a few exceptions, new technologies are not used to strengthen the ‘push’ of local content from local people” (Unesco, 2009: 149). Seria preciso perguntar, então, se no geral as tecnologias contribuíram para reforçar a diversidade cultural e para reduzir as desigualdades:

The instrumental belief that technologies have some kind of power of their own to make a difference to the lives of poor people is fundamentally misguided. Technologies are designed and developed with particular interests in mind, and unless poor people are prioritized in such design they will not be the net beneficiaries. (Unwin, 2017: 176)

Se as DH nasceram com o objetivo de guiar a transformação digital dos saberes humanísticos, é evidente que não podemos ignorar a geopolítica dos sistemas de comunicação global nem a organização neocolonial das multinacionais tecnológicas (Simmons, 2015). É impossível não debater, neste campo humanístico no qual a tecnologia adquire uma centralidade inusitada, o facto de que os Suís poderiam estar condenados à dependência digital, a serem meros fornecedores de dados e consumidores de instrumentos, conteúdos e infraestruturas projetados e impostos pelo Norte Global ou pelas próximas potências hegemónicas, como a China:

Facebook, with its new “instant articles” platform, is set to become the arbiter of what is news. Uber seeks to dominate urban transportation, through control over data that its operations provide. Monsanto employs digital intelligence to infringe farmer’s autonomy. Google has been accused of directing queries on its search engine towards its own companies. [...] Our societies are reorganising around networked systems with disembodied, machine-based intelligence. As the brains of our societies, such digital intelligence systems or platforms will centrally coordinate and thus control all sectors. They are globally organised, corporate-owned, unregulated, and have a marked monopolistic tendency. Almost all of them are currently based in the US. [...] What are the options for developing countries under these circumstances? (Jeet Singh, 2017: 5)

As DH incorporam como elementos centrais da construção da sua epistemologia não só a elaboração de um marco teórico-metodológico, mas também a utilização de instrumentos, linguagens e recursos digitais que frequentemente são interpretados em termos de padrão – como por exemplo XML-TEI (Monella, 2017) – e infraestruturas que sustentam e regulam os resultados que foram desenvolvidos fora das

⁸ Sobre os efeitos da hegemonia dos Estados Unidos sobre as infraestruturas das telecomunicações e sobre a indústria cultural e dos meios em general, podem ver-se, entre outros, Boyd-Barret (2015), Martel (2010) e Mirrlees (2013). No que diz respeito à China, a rede e os meios, vejam-se Herold e Marolt (2011) e Marolt y Herold (2015).

academias do Sul. Isto revela um subtil e pouco debatido colonialismo digital que para a maioria da comunidade dos humanistas digitais do Norte Global é difícil de reconhecer (Honn, 2013; Monella, 2020) e que poucas vezes é considerado no momento de pensar traduções e adaptações (Allés-Torrent e del Río Riande, 2019; Isasi e Rojas, 2021). Nas páginas que se seguem procuraremos interpelar estas noções de Norte e Sul, centro e margem, focando-nos particularmente na relação entre diversidade biocultural, tecnologias digitais e geopolítica do conhecimento.

A riqueza biocultural e tecnológica do Sul⁹

Não é novidade afirmar-se que no Sul do mundo se concentra hoje a imensa maioria da diversidade biológica e cultural do planeta (fig. 2). Segundo a edição de 2018 de *Ethnologue* (Simons e Fennig, 2018), existem atualmente 7.097 línguas no mundo, mas as primeiras oito são faladas por 40,3% da população mundial (mais de dois mil setecentos milhões de pessoas). Ao mesmo tempo, cada ano desaparecem perto de sete línguas no mundo e, segundo o índice de diversidade linguística (ILD) elaborado pelo grupo de investigação Terralingua,¹⁰ desde 1970 houve uma diminuição de 20% na diversidade linguística mundial, sendo que a erosão da diversidade linguística vai acompanhada da erosão do Conhecimento Ambiental Tradicional (TEK) codificado nos idiomas.

Tal processo de absorção ou desaparecimento da diversidade linguístico-cultural é um dos temas que marca profundamente a época na qual vivemos. O problema das línguas, de facto, não é só um problema de democracia e participação/inclusão social, mas está cada vez mais conectado à diversidade biológica; é por isso que hoje se fala de diversidade biocultural (*biocultural diversity*). Línguas e vida, cultura e cultivos, estão estreitamente interligados e torna-se claro que a variedade e a riqueza de ambos são condição necessária para uma mútua sobrevivência, já que

a lowering of both cultural and biological diversity has been found to correlate with the development of complex, stratified and densely populated societies and of far-reaching economic powers. [...] From ancient empires to today's globalized economy, these complex social systems have spread and expanded well beyond the confines of local ecosystems, exploiting and draining natural resources on a large scale and imposing cultural assimilation and the homogenization of cultural diversity. (Maffi e Woodley, 2010: 8)

Por outras palavras, a riqueza biocultural não se superpõe necessariamente ao Produto Interno Bruto (PIB, que, recordemos, foi também o instrumento principal utilizado no relatório Brandt para a demarcação Norte-Sul). Pelo contrário, como demonstram minuciosos estudos interdisciplinares (Amano et al., 2014), o crescimento económico e a extinção das línguas estão relacionados. Na figura 2, esta divergência é bastante evidente: os pontos negros representam o número de línguas, e a intensidade crescente do verde a diversidade vegetal: as áreas com maior diversidade concentram-se no Sul do mundo.

⁹ Parte do conteúdo deste apartado foi já avançado em Fiormente (2018).

¹⁰ Acessível desde: www.terralingua.org.

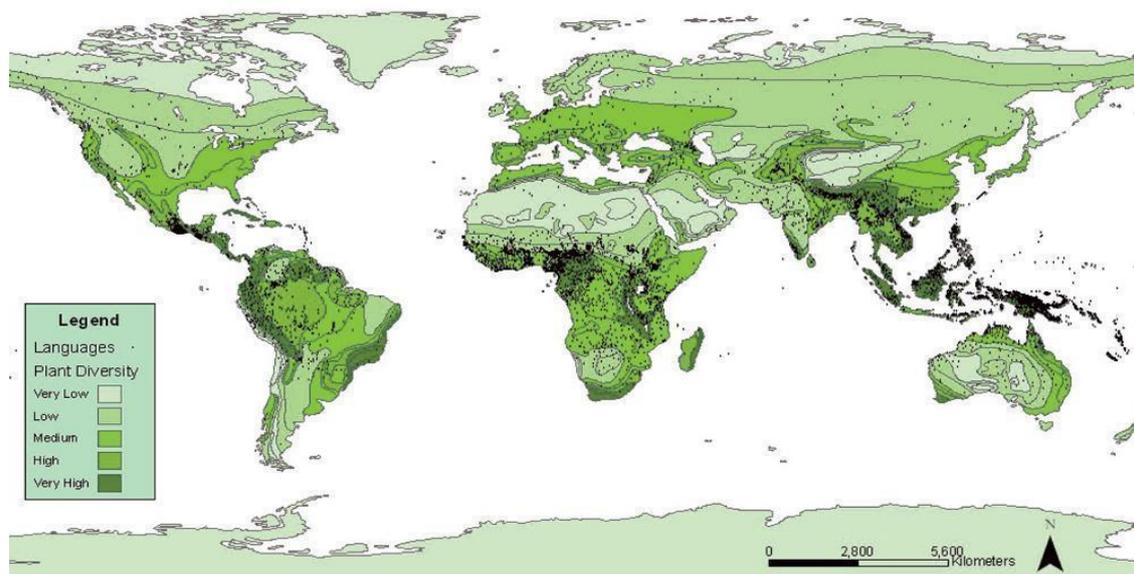


Figura 2. Distribuição da diversidade vegetal e das línguas no mundo. Fonte: *Terralingua*.

Este mapa (fig. 2) poderia ser entendido como uma contra-leitura do Sul Global herdado da linha de Brandt em termos de recursos para o desenvolvimento do novo universo hiper-conectado. O digital, como sabemos, não é sinónimo de imaterial, pelo contrário, qualquer tecnologia e qualquer *medium* consome matéria-prima e produz uma enorme quantidade de resíduos. Como observa Jussi Parikka, as abstratas topologias da informação são dependentes das realidades geofísicas; tanto assim é que a indústria informática está muito ancorada nas energias fósseis e para produzir uma memória de duas gramas são precisos 1,3 kg de combustíveis fósseis e outros materiais (Parikka, 2015: 110-111).

Um caso bastante flagrante desta dependência material é o do coltan, um mineral do qual se extrai o tantálio, um elemento utilizado na fabricação dos condensadores dos telefones móveis, mas também preciso para as células fotovoltaicas, na indústria aeronáutica, nos materiais cirúrgicos, etc. O preço do coltan, que se extrai sobretudo no Brasil, em Ruanda, em Austrália e em Canadá, cresceu 600% em poucos anos, o que obrigou às grandes companhias multinacionais a buscar outras fontes de abastecimento. É assim que a bulimia digital chegou ao Congo, onde se encontra 80% das reservas de coltan de toda África e onde o mineral é extraído pelas mãos nuas de milhares de crianças: nalgumas regiões do país, 65% das crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos trabalham nas minas (Frankel, 2016). Por vezes, são também crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos, que são mais susceptíveis de entrar nos estreitos poços das minas. A mesma história, se não pior, repete-se para o cobalto, o mineral utilizado em quase todas as baterias recarregáveis de iões de lítio do mundo (Kara, 2023).

Por um lado, o caso da dependência da indústria informática do coltan e do cobalto africanos mostra o preço do sonho digital e da chamada *green economy*; por outro, sublinha de novo o papel estratégico dos recursos do Sul na sua realização e manutenção. É evidente que os espaços de resistência ou aqueles que ainda não estão

integrados no esquema globalista constituem os territórios-chave da diversidade biocultural e do desenvolvimento da indústria digital. No Congo, as minas contribuem para a destruição de parques naturais e para a contaminação do território, mas se essa matéria-prima fizesse parte da indústria informática africana, e não da dos países produtores de tecnologia, e estivesse regulada por um esquema de proteção do meio ambiente, a condição subalterna do Sul mudaria por completo.

Produção e representação: geopolítica do conhecimento

Se situássemos no mapa do mundo os artigos de investigação científica desenvolvidos por cada país num determinado período, este tomaria uma aparência muito estranha e desigual. Ao contrário do que se verifica no mapa da diversidade biocultural, na figura 2, o Norte cresceria exponencialmente e o Sul quase desapareceria.

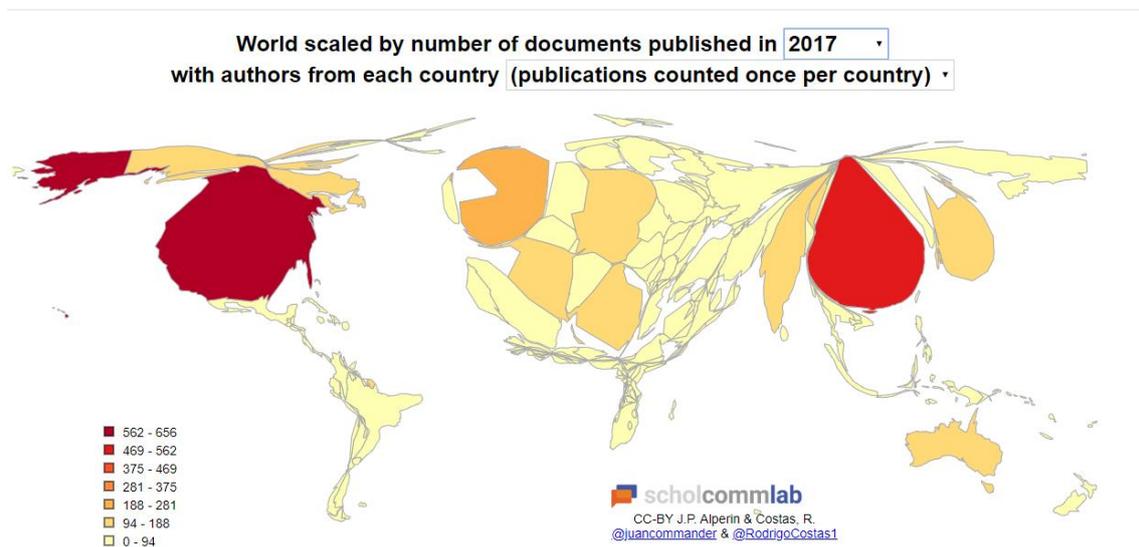


Figura 3. Mapa das publicações científicas em acesso aberto. Os dados sobre as publicações por país se obtêm de Scopus e os dados de população e PIB se obtêm do Banco Mundial. Fonte: Alperin e Costas (2017).

Embora esta imagem represente dados de há alguns anos, ela continua a dar conta das complexidades e desigualdades globais na produção e no intercâmbio de conhecimento. O Sul que aqui se vê como o espaço do vazio ou do menor, tal como era destacado pela linha de Brandt (fig. 1), tem uma explicação: a base de dados que está a ser usada como referência para esses dados é a Scopus. Este serviço, como é sabido, por muitos diferentes motivos, e tal como a Web of Science, não faz justiça a uma grande parte de revistas em acesso aberto na América Latina e nas Caraíbas (Alperin e Fischman, 2015; Beigel, 2014), tal como pode observar-se na figura 4.

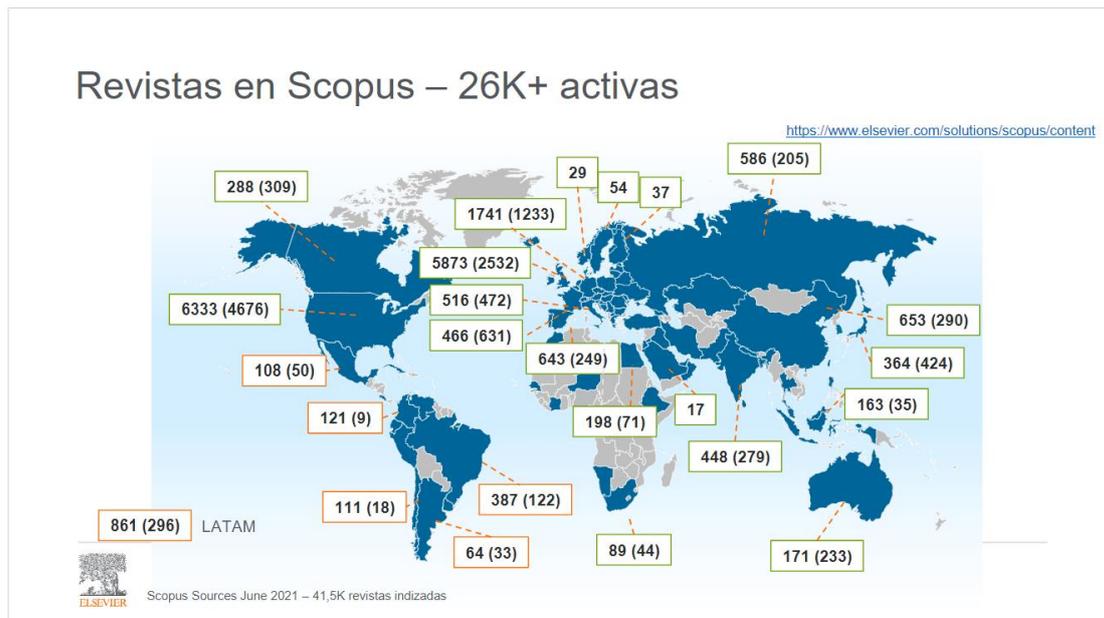


Figura 4. Revistas de acesso aberto em Scopus. Fonte: Estévez (s.d.).

No entanto, a questão está, mais uma vez, no modo como os dados são representados através de mapas. Se pensarmos não no número de artigos publicados por país, mas no número de revistas em acesso aberto por país, o panorama muda completamente e os Suis vêm ao de cima.

O Directory of Open Access Journals (DOAJ: <https://doaj.org/>) é uma base de dados online que oferece uma lista supervisionada de revistas de acesso aberto de alta qualidade a nível global. É importante destacar que a supervisão é realizada por especialistas em edição e acesso aberto de diferentes regiões e que o DOAJ não pertence a nenhuma corporação ou companhia privada. Ao contrário da Scopus ou da Web of Science (WoS), o DOAJ é supervisionado e mantido pela comunidade académica e de editores, e toda a informação sobre o seu trabalho, recursos humanos, metodologia e situação financeira estão disponíveis abertamente. Neste momento, contém na sua base de dados cerca de 17.381 revistas em acesso aberto e com revisão por pares, quase o dobro das revistas que oferecem Scopus ou WoS. Nesta base de dados, explicitam-se as línguas em que se publicam as revistas, as licenças Creative Commons que usam, os critérios de revisão e os países nos quais se publicam, entre outras informações. Após analisar os dados que o DOAJ deixa em aberto sobre as revistas que indexa, Philippe Massicotte (2020) oferece um panorama muito diferente da investigação científica a nível global. Tendo sempre em atenção que as cinco grandes editoras – Elsevier, Springer, Wiley, Taylor & Francis Group e Sage Publishing – controlam mais de metade do mercado das publicações científicas do mundo, podemos ver nas figuras 5 e 6 como entre os primeiros dez países listados no DOAJ que publicam revistas de acesso aberto, a Indonésia se transforma no líder e o Brasil supera os Estados Unidos de América.

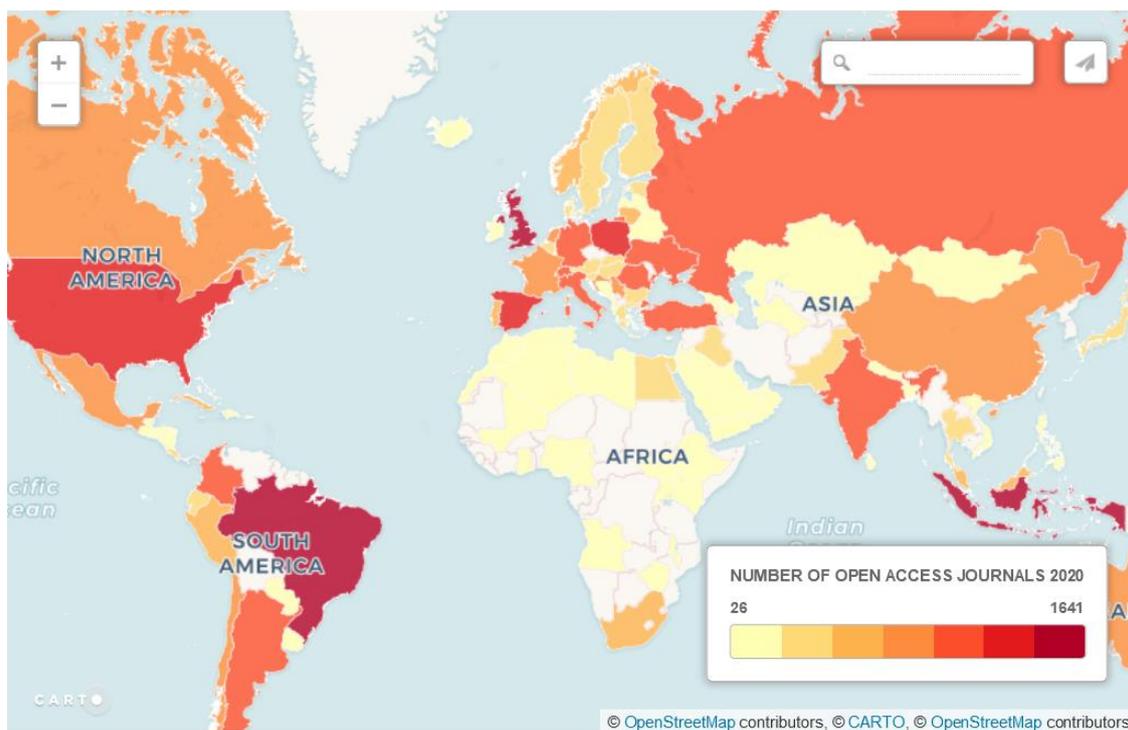


Figura 5. Mapa do número de revistas em acesso aberto por país. Fonte: Herb (2020).

Country	Number of Open Access Journals 2020
Indonesia	1,641
United Kingdom	1,617
Brazil	1,458
Spain	768
United States	763
Poland	619
Iran, Islamic Republic of	536
Turkey	396
Italy	395
Russian Federation	384

Figura 6. Lista dos dez países com mais revistas em acesso aberto. Fonte: Herb (2020).

A partir desta abordagem, os países do suposto Sul Global, o das periferias, dominam este *ranking*, em convivência com países do rico Norte Global, oferecendo assim uma imagem mais equitativa e diversificada da investigação científica.

Algumas reflexões finais

Quando se fala de relações entre margens e centro, entre centro e periferias, entre Norte e Sul, etc., corre-se o risco de legitimar discursos e esquemas hegemónicos herdados ou obsoletos, e de reforçar visões dualistas que, ou têm escassa correspondência com a realidade, ou merecem pelo menos serem questionadas. A realidade, como vimos, mostra-se quase sempre rotundamente ambígua. Portanto, assim como não existem margens e centros perenes, são, assim também, fugidios os limites da perene dialética Norte-Sul.

O objetivo deste trabalho, como antes dissemos, não foi o de definir as HD ou as DH, mas sim pensar os contextos nos quais podem surgir e desenvolver-se e como podem dialogar à escala global. O que é certo é que, neste cenário complexo e desigual, as DH do Sul não podem eximir-se da responsabilidade de afrontar as implicações geopolíticas do conhecimento digital, e devem perguntar-se: que tipo de conhecimento estamos a construir? Que custos sociais, políticos, culturais, etc. têm as ferramentas que utilizamos na nossa investigação? É possível criar modelos independentes e socioeconomicamente sustentáveis, ou estamos condenados a incorporar paradigmas, ferramentas e padrões do Norte Global sem, pelo menos, um olhar crítico? E se isto for possível, como é que o fazemos? As DH do Sul têm hoje a oportunidade não tanto de substituir ou enfrentar as forças dominantes do campo, mas sim de se tornarem um ponto de referência para modelos plurais e próprios de construção, acesso e transmissão do conhecimento em formato digital para as humanidades.

Referências

ADRIANSEN, Hanne Kirstine (2016). “Global academic collaboration: a new form of colonisation?” *The Conversation*, 8 de julho. Disponível em <<https://theconversation.com/global-academic-collaboration-a-new-form-of-colonisation-61382>>. Acesso a 28 de janeiro de 2022.

ALLÉS-TORRENT, Susanna e Gimena del RIO RIANDE (2019). “The switchover: teaching and learning the text encoding initiative in Spanish”. *Journal of the Text Encoding Initiative*, 12. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/jtei.2994>. Acesso a 5 de fevereiro de 2022.

ALPERIN, Juan Pedro e Gustavo FISCHMAN (2015). *Hecho en Latinoamérica: acceso abierto, revistas académicas e innovaciones regionales*. Clacso.

ALPERIN, Juan Pedro e Rodrigo COSTAS: *Scholcommlab*. Disponível em <<http://scholcommlab.ca/cartogram/>>. Acedido a 2 de Julho de 2023.

- AMANO, Tatsuya et al. (2014). “Global distribution and drivers of language extinction risk”. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2014.1574>>. Acedido a 28 de janeiro de 2022.
- BEIGEL, Fernanda (2014). “Publishing from the periphery: structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina’s Conicet”. *Current Sociology*, 62 (5), pp. 743-765. Disponível em <<https://doi.org/10.1177/0011392114533977>>. Acedido a 5 de fevereiro de 2022.
- BOYD-BARRETT, Oliver (2015). *Media imperialism*. Sage.
- BRANDT, Willy (1980). *North South: a programme for survival; report of the independent commission on international development issues*. MIT Press.
- BRANDT, Willy (1983). *Common crisis North-South: cooperation for world recovery*. MIT Press.
- Directory of Open Access Journals*. Disponível em <<https://doaj.org/>>. Acedido a 03 de Julho de 2023.
- ESTÉVEZ, Carlos (s. d.). *Ready for Scopus*. Disponível em <<https://view.highspot.com/viewer/615c8704d46ebdc6d8d6ae07?iid=615c8618523075c6d1431942>>. Acedido a 2 de Julho de 2023
- FIORMONTE, Domenico (2016). “¿Por qué las humanidades digitales necesitan al Sur?” En Gimena del Río Riande et al. (eds.), *Humanidades digitales: construcciones locales en contextos globales. Actas del Congreso Internacional de la Asociación Argentina de Humanidades Digitales*. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Disponível em <<https://www.aacademica.org/aahd.congreso/24.pdf>>. Acedido a 28 de janeiro de 2022.
- FRANKEL, Todd C. (2016). “The cobalt pipeline: tracing the path from deadly hand-dug mines in Congo to consumers’ phones and laptops”. *The Washington Post*, 30 de setembro. Disponível em <<https://www.washingtonpost.com/graphics/business/batteries/congo-cobalt-mining-for-lithium-ion-battery/>> Acedido a 28 de janeiro de 2022.
- GRAHAM, Mark et al. (2017). “Digital connectivity and African knowledge economies”. *Questions de Communication*, 32, pp. 345-360.
- HERB, Ulrich (2020): “Open Access heatmap 2020”. Disponível em <<https://scidecode.com/en/2020/04/09/open-access-heatmap-2020/>>. Acedido a 3 de julho de 2023.
- HEROLD, David Kurt e Peter MAROLT (ed.) (2011). *Online society in China: creating, celebrating, and instrumentalising the online carnival*. Routledge.
- HONN, Josh (2013). “Never neutral: critical approaches to digital tools & culture in the humanities”. *Digital Humanities Speaker Series*, University of Western Ontario’s, 16 de outubro. Disponível em <https://figshare.com/articles/Never_Neutral_Critical_Approaches_to_Digital_Tools_Culture_in_the_Humanities/1101385>. Acedido a 5 de fevereiro de 2022.

- ISASI, Jennifer e Antonio ROJAS CASTRO (2021). “¿Sin equivalencia? Una reflexión sobre la traducción al español de recursos educativos abiertos”. *Hispania*, 104 (4), pp. 613-624. Disponível em <<https://doi.org/10.1353/hpn.2021.0130>>. Acedido a 28 de janeiro de 2022.
- JEET SINGH, Parminder (2017). “Developing countries in the emerging global digital order: a critical geopolitical challenge to which the Global South must respond”. *IT for Change: bridging Development Realities and Technological Possibilities*, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em <<http://www.itforchange.net/developing-countries-emerging-global-digital-order>>. Acedido a 4 de janeiro de 2022.
- JIMÉNEZ BECERRA, Javier (2010). “Origen, desarrollo de los estudios CTS y su perspectiva en América Latina”. Em Mónica Mancero Acosta e Rafael Polo Bonilla (eds.), *Ciencia, política y poder: debates contemporáneos desde Ecuador*. Flacso, pp. 103-129.
- KARA, Siddharth (2023). *Cobalt Red. How the Blood of the Congo Powers Our Lives*. St. Martin’s Press.
- KOH, Adeline (2015). “A letter to the humanities: DH will not save you”. *Hybrid Pedagogy*, 19 abril. Disponível em <<https://hybridpedagogy.org/a-letter-to-the-humanities-dh-will-not-save-you/>>. Acedido a 4 de janeiro de 2022.
- LEWIS, Martin W. e Kären WIGEN (1997). *The myth of continents: a critique of metageography*. University of California Press.
- MAFFI, Luisa; WOODLEY, Ellen (ed.). (2010). *Biocultural diversity conservation: a global sourcebook*. Earthscan.
- MAGALLANES, Rodolfo (2015). “On the Global South”. Em Andrea Hollington et al. (eds.), *Concepts of the Global South: voices from around the world*. Global South Studies Center. Disponível em <<http://kups.ub.uni-koeln.de/6399/>>. Acedido a 28 de janeiro de 2022.
- MAROLT, Peter e David Kurt HEROLD (eds.) (2015). *China online: locating society in online spaces*. Routledge.
- MARTEL, Frédéric (2010). *Mainstream: enquête sur cette culture qui plait a tout le monde*. Flammarion.
- MIRRELEES, Tanner (2013). *Global entertainment media: between cultural imperialism and cultural globalization*. Routledge.
- MONELLA, Paolo (2017). “Forme del testo digitale”. Em Raul Mordenti (ed.), *Filologia digitale: problemi e prospettive*. Accademia Nazionale dei Lincei; Bardi Edizioni, p. 143-216.
- MONELLA, Paolo (2020). “Scritture dimenticate, scritture colonizzate: sistemi grafici e codifiche digitali nelle culture araba e indiana”. Em Domenico Fiorimonte e Paolo Sordi (eds.), *Letteratura e altre rivoluzioni*. Bordeaux Edizioni, pp. 242-263.

- NOBES, Andy (2017). “Must we decolonize open access? Perspectives from Francophone Africa”. *Journallogik*, 8. Disponível em <<http://journallogik.uk/?p=149>>. Acedido a 5 de fevereiro de 2022.
- NYHAN, Julianne e Andrew FLINN (2016). *Computation and the humanities: towards an oral history of Digital Humanities*. Springer International Publishing. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1007/978-3-319-20170-2>>. Acedido a 28 de janeiro de 2022.
- PAGEL, Heike et al. (2014). “The use of the concept global south in social science & humanities”. Poster apresentado na conferência *Globaler Süden / Global South: Kritische Perspektiven*, Institut für Asien- & Afrikawissenschaften, Humboldt-Universität zu Berlin, 11 de julho de 2014.
- PARIKKA, Jussi (2015). *Geology of media*. University of Minnesota Press.
- PARINI, Ercole Giap e Giuseppina PELLEGRINI (ed.) (2009). *S come scienza, T come tecnica e riflessione sociologica. Un'antologia a partire dai classici: Comte, Marx, Mumford, Merton, Latour, Bourdieu*. Liguori.
- PICKOVER, Michelle (2014). “Patrimony, power and politics: selecting, constructing and preserving digital heritage content in South Africa and Africa”. Apresentação realizada na conferência *IFLA WLIC, 2014, Lyon. Libraries, Citizens, Societies: confluence for knowledge*. Disponível em <<http://library.ifla.org/1023/1/138-pickover-en.pdf>>. Acedido a 28 de janeiro de 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2018). “Introducción a las epistemologías del sur”, *Epistemologías del sur*. Clacso / CES, pp. 25-62.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2012). “Public sphere and epistemologies of the South”, *Africa Development*, 37 (11), pp. 43-69.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e MENDES, José Manuel (2017). *Demodiversidad: imaginar nuevas posibilidades democráticas*. Akal.
- SIMMONS, Anjuan (2015). “Technology colonialism”. *Model View Culture: a magazine about technology, culture and diversity*, 27. Disponível em <<https://modelviewculture.com/pieces/technology-colonialism>>. Acedido a 5 de fevereiro de 2022.
- SIMONS, Gary F. e Charles D. FENNIG (ed.) (2018). *Ethnologue: languages of the world*. 21.^a ed. SIL International. Disponível em <<http://www.ethnologue.com>>. Acedido a 28 de janeiro de 2022.
- Terralingua*. Disponível em <www.terralingua.org> Acedido a 2 de Julho de 2023.
- UNESCO (2009). *Investing in cultural diversity and intercultural dialogue: Unesco world report*. Disponível em <<http://www.unesco.org/en/world-reports/cultural-diversity>>. Acedido a 28 de janeiro de 2022.

UNWIN, Tim (2017). *Reclaiming information and communication technologies for development*. Oxford Scholarship Online. DOI: 10.1093/oso/9780198795292.001.0001.

Wikimedia commons: “North-South divide”. Disponível em <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:North_South_Divide_3.PNG>. Acedido a 2 de Julho de 2023

WORSLEY, Peter (1984). *The three worlds: culture and world development*. Weidenfeld & Nicholson.

WORSLEY, Peter (1964). *The third world*. University of Chicago Press.

Gimena del Río Riande é Investigadora Adjunta do Instituto de Investigaciones Bibliográficas y Crítica Textual (IIBICRIT), no CONICET. As suas linhas de investigação relacionam-se com o medievalismo, a edição digital de textos, a comunicação científica e as Humanidades Digitais. Dirige o Laboratório de Humanidades Digitales no IIBICRIT (HD LAB, CONICET). Co-dirige a *Revista de Humanidades Digitales (RHD)*, é presidenta da Asociación Argentina de Humanidades Digitales (AAHD) e membro director (Board of Directors) da Text Encoding Initiative, entre outras instituições académicas e de investigação.

Domenico Fiormonte é Doutor pela Universidade de Edimburgo e atualmente é professor de Sociologia da Comunicação e da Cultura no Departamento de Humanidades da Universidade Roma Tre. Em 1996, criou um dos primeiros recursos em linha sobre textos literários (www.digitalvariants.org). Editou e co-editou uma série de colecções sobre Humanidades Digitais e publicou livros e artigos sobre filologia digital, escrita nos novos media, codificação de textos e geopolítica do conhecimento. É autor, juntamente com Teresa Numerico e Francesca Tomasi, de *The Digital Humanist. A critical inquiry* (2015). Com Sukanta Chaudhuri e Paola Ricaurte, editou a primeira coleção de Humanidades Digitais dedicada ao Sul Global: *Global Debates in the Digital Humanities* (2022). É estudante, praticante e professor de ioga desde 2008 e, neste domínio, editou uma coletânea italiana de ensaios interdisciplinares sobre a consciência (2018).

© 2023 Gimena del Río Riande, Domenico Fiormonte

Licensed under the [Creative Commons Attribution 4.0 International \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).